

# Papai Noel supliciado<sup>1</sup>

Claude Lévi-Strauss

**A**s festas de Natal de 1951 foram marcadas na França por uma polêmica à qual a imprensa e a opinião pública pareceram se mostrar bastante sensíveis, introduzindo uma nota de inusitado azedume na atmosfera jubilosa habitual desse período do ano.

Já fazia vários meses que as autoridades, pela voz de alguns prelados, vinham expressando desaprovação à crescente importância atribuída pelas famílias e pelos comerciantes ao personagem do Papai Noel. Denunciavam uma “paganização” inquietante da festa da Natividade, desviando o espírito público do significado propriamente cristão desta comemoração, em proveito de um mito sem valor religioso. Estes ataques cresceram na véspera do Natal. Com mais discrição, sem dúvida, mas com igual firmeza, a Igreja protestante juntou sua voz à da Igreja católica. Em sentidos diversos, mas geralmente hostis à posição eclesiástica, cartas de leitores e artigos apareceram nos jornais testemunhando o interesse despertado pela questão. O ponto culminante foi atingido em 24 de dezembro, por ocasião de uma manifestação que o correspondente do jornal *France Soir* relatou nos seguintes termos:

DIANTE DE CRIANÇAS DOS PATRONATOS PAPAÍ NOEL FOI QUEIMADO NO ÁTRIO DA CATEDRAL DE DIJON

Dijon, 24 de dezembro.

Papai Noel foi enforcado ontem à tarde nas grades da catedral de Dijon e publicamente queimado no adro. A espetacular execução se deu na presença

de várias centenas de crianças de patronatos e foi decidida com a concordância do clero, que condenou Papai Noel como usurpador e herético, acusando-o de paganizar a festa de Natal e de nela se ter instalado como um intruso que ocupa espaço cada vez maior. Papai Noel foi censurado principalmente por se ter introduzido em todas as escolas públicas, de onde se banuiu cuidadosamente o presépio.

Domingo, às três horas da tarde o infeliz velhinho de barba branca pagou, como muitos inocentes, pelo erro cometido por aqueles que aplaudiam a execução. O fogo abrasou-lhe a barba e ele se esvaiu na fumaça.

No final, divulgou-se um comunicado que no essencial dizia o seguinte:

“Representando os lares cristãos da paróquia que desejam lutar contra a mentira, 250 crianças agrupadas diante da porta principal da catedral de Dijon queimaram Papai Noel.

Não se tratou de uma atração, mas de um gesto simbólico. Papai Noel foi sacrificado em holocausto. A mentira não pode despertar o sentimento religioso na criança e não é absolutamente um método de educação. Que outros digam ou escrevam o que quiserem e que façam de Papai Noel o contrapeso do Pai Fouettard<sup>2</sup>. Para nós, cristãos, a festa de Natal deve continuar sendo a festa de aniversário do nascimento do Salvador”.

A execução de Papai Noel no adro da catedral foi apreciada de modo diversificado pela população e provocou vivos comentários mesmo entre os católicos. Aliás, esta manifestação intempestiva promete conseqüências não previstas por seus organizadores.

.....

O assunto divide a cidade em dois campos.

Dijon aguarda a ressurreição de Papai Noel, assassinado ontem no adro da catedral. Ele vai ressuscitar esta tarde às 18 horas, na Prefeitura. Um comunicado oficial anunciou que Papai Noel estava convocando as crianças de Dijon, como faz todos os anos, na praça da Libertação. E que ele iria falar a elas, sob a luz de holofotes, do alto do telhado da Prefeitura. O cônego Kir, deputado-prefeito de Dijon, se absteve de tomar partido nesse caso delicado.

No mesmo dia, o suplício de Papai Noel passou às primeiras páginas. Não houve jornal que não comentasse o incidente. Alguns – como o *France Soir*, de maior tiragem na imprensa francesa – chegaram até a lhe dedicar um editorial. De maneira geral, a atitude do clero de Dijon foi desaprovada – a tal ponto, segundo parece, que as autoridades religiosas julgaram conveniente bater em retirada, ou pelo menos observar uma discreta reserva. Diz-se, entretanto, que os nossos ministros estão divididos sobre a questão.

O tom da maioria dos artigos é o de uma cuidadosa sensibilidade: é tão bonito acreditar em Papai Noel; isto não faz mal a ninguém; as crianças têm nisso um enorme prazer; fazem disso uma deliciosa provisão de lembranças para quando forem adultos... Na verdade, foge-se da questão em vez de respondê-la. Porque o problema não é justificar as razões pelas quais Papai Noel agrada às crianças. Mas explicar as que levaram os adultos a o inventar.

De qualquer maneira, essas reações são tão unânimes que não se pode duvidar da existência de um divórcio, neste ponto, entre a opinião pública e a Igreja. Apesar do caráter minúsculo do incidente, o fato é importante porque a evolução francesa desde a ocupação se tinha feito na direção de uma reconciliação progressiva com a religião de uma opinião largamente descrente: o acesso aos conselhos de governo de um partido tão nitidamente confessional como o MRP é uma prova disso.

Os anti-clericais imediatamente perceberam a ocasião especial que lhes estava sendo oferecida: são eles que, em Dijon e em outros lugares, se fazem protetores do Papai Noel ameaçado. Papai Noel, símbolo da irreligião. Que paradoxo! Neste assunto tudo se passa como se a Igreja adotasse um espírito crítico, ávido de franqueza e de verdade, ao passo que os racionalistas se transformam em guardiões da superstição. A inversão aparente dos papéis basta para sugerir que este episódio ingênuo acoberta realidades mais profundas. Estamos na presença de uma manifestação sintomática de uma evolução muito rápida dos costumes – primeiro na França, mas sem dúvida também em outros lugares.

Não é todos os dias que o etnólogo encontra a ocasião de observar em sua própria sociedade o crescimento súbito de um rito e, mesmo, de um culto. A ocasião de pesquisar suas causas e de estudar seu impacto sobre outras formas de vida religiosa. A oportunidade de tentar compreender a que transformações de conjunto, ao mesmo tempo mentais e sociais, estão ligadas certas manifestações visíveis sobre as quais a Igreja, com a força de sua experiência tradicional nessas matérias, não se equivocou. Pelo menos na medida em que se limitou a lhes atribuir um significativo valor.

\* \* \*

Há cerca de três anos, depois que a atividade econômica voltou a ser mais ou menos normal na França, a celebração do Natal passou a assumir uma amplitude desconhecida antes da Guerra. É certo que, tanto por sua importância material como pelas formas segundo as quais se produziu, este desenvolvimento é resultado direto da influência e do prestígio dos EUA. Vimos simultaneamente aparecerem, iluminados à noite, os grandes pinheiros nos cruzamentos e nas avenidas principais; os papéis de embrulho próprios para presentes de Natal; os cartões de boas-festas com o costume de os expor nas lareiras dos destinatários durante a semana festiva; os

pedidos do Exército da Salvação com auxílio de seus caldeirões típicos, suspensos nas praças e nas ruas como se fossem pires de cegos; enfim, nas lojas de departamentos, os personagens fantasiados de Papai Noel, para receber os pedidos das crianças. Todos esses usos – que ainda há poucos anos pareciam pueris e extravagantes aos franceses que visitavam os EUA e que eram os signos mais evidentes da incompatibilidade fundamental entre as duas mentalidades – implantaram-se e se aclimataram na França com uma facilidade e uma generalidade tais que constituem uma lição sobre a qual o historiador das civilizações deve meditar.

Neste terreno, como em outros, estamos assistindo a uma vasta experiência de difusão, não muito diferente daqueles fenômenos arcaicos que estávamos habituados a estudar a partir de exemplos longínquos como o acendedor de fogo por fricção ou a piroga de balancim. No entanto, é ao mesmo tempo mais fácil e mais difícil raciocinar sobre fatos que se desenrolam sob nossos olhos e dos quais a nossa própria sociedade é o teatro. Mais fácil, uma vez que a continuidade da experiência está salvaguardada em todos os seus momentos e em cada um dos seus matizes. Mais difícil, porque é em tais ocasiões raríssimas que percebemos a complexidade extrema das transformações sociais, mesmo das mais tênues; e porque as razões aparentes que atribuímos aos acontecimentos de que somos atores são muitíssimo diferentes das causas reais que neles nos conferem um papel.

Seria demasiado simples explicar o desenvolvimento das celebrações de Natal na França apenas com base na influência dos EUA. O empréstimo é um fato, mas suas razões são muito incompletas para explicar o fenômeno. Enumeremos rapidamente as razões que são evidentes: há na França um número maior de americanos, celebrando o Natal à sua maneira; o cinema, os *digests*, os romances americanos e também algumas reportagens dos grandes jornais tornaram conhecidos os costumes estadunidenses, que se beneficiaram do prestígio ligado à potência militar e econômica daquele país. Não está excluído que o Plano Marshall tenha direta ou indiretamente favorecido a importação de algumas mercadorias ligadas aos ritos de Natal. Mas isso tudo ainda seria insuficiente para explicar o fenômeno.

Costumes importados dos Estados Unidos impõem-se até em camadas da população que não estão conscientes da origem dos mesmos. Os meios operários, onde a influência comunista tenderia a desacreditar tudo o que apresenta a marca *made in USA*, adotam tais costumes com a mesma facilidade que as demais camadas sociais. Além da simples difusão, convém portanto evocar este processo tão importante que Kroeber, primeiro a identificá-lo, designou de difusão por estímulo (*stimulus diffusion*): o uso importado não é assimilado; desempenha papel de catalisador, isto é, apenas por sua presença suscita a aparição de um uso análogo, que já estava presente em estado potencial no segundo ambiente.

Ilustremos este ponto com um exemplo que toca o nosso assunto diretamente. Um industrial, fabricante de papel, viaja aos Estados Unidos, convidado por seus

colegas americanos, ou como membro de uma missão econômica; constata que neste país se fabricam papéis especiais para embrulhos de Natal; toma a idéia emprestada. Aí está um fenômeno de difusão. A dona-de-casa parisiense, que vai à papelaria de seu bairro comprar papel para embrulhar presentes, vê papéis mais bonitos na vitrine, com acabamento mais cuidadoso que o daquele que ela normalmente compraria. Ela ignora tudo dos hábitos americanos; mas este papel satisfaz uma exigência estética e exprime uma disposição afetiva já presentes, embora privadas de meio de expressão. Adotando-o, a dona-de-casa não pega diretamente emprestado um hábito estrangeiro (como o fabricante); mas, assim que este uso se torna conhecido, estimula o nascimento de um costume idêntico.

Em segundo lugar, não se deve esquecer que a celebração do Natal já seguia uma caminhada ascendente na França e em toda a Europa. Tal fato se liga, inicialmente, à melhoria progressiva do nível de vida. Mas comporta igualmente causas mais sutis. Com os traços que lhe reconhecemos, o Natal é essencialmente uma festa moderna, apesar da multiplicidade de suas características arcaizantes. O uso do visgo não é, ao menos imediatamente, uma sobrevivência druídica, pois parece ter sido recolocado em moda na Idade Média. O pinheiro de Natal não é mencionado em nenhum lugar antes de alguns textos alemães do século XVII; no século XVIII, passou à Inglaterra e somente no XIX à França. Littré parece que mal o conheceu – ou pelo menos o conhecia por uma forma bastante diferente da nossa – uma vez que o define (art. *Noël*) como consistindo “em alguns países de um ramo de pinheiro ou de azevinho diversamente adornado, guarnecido de doces e brinquedos para se dar às crianças, que com isto fazem uma festa”. A variedade de nomes atribuídos ao personagem que tem o papel de distribuir os brinquedos – Papai Noel, São Nicolau, Santa Clauss, etc. – também mostra que é produto de um fenômeno de convergência e não um protótipo antigo conservado por toda parte.

O desenvolvimento moderno não inventa, porém: ele se limita a recompor com peças e fragmentos uma velha celebração, cuja importância nunca foi totalmente esquecida. Se, para Littré, a árvore de Natal é quase uma instituição exótica, Cheruel observa de maneira significativa no seu *Dictionnaire historique des institutions, mœurs et costumes de la France* (que, como o próprio autor confessa, não passa de uma modificação do *Dictionnaire des antiquités nationales de Sainte Palaye*, 1697-1781): “O Natal foi, durante vários séculos, e até uma época recente (nós é que grifamos), ocasião de regozijos de família”. Segue-se uma descrição das festas de Natal no século XIII, que em nada parecem inferiores às nossas. Estamos, portanto, na presença de um ritual cuja importância já flutuou bastante na história, conhecendo apogeus e declínios. A forma americana é apenas o mais moderno desses avatares.

Diga-se de passagem que essas rápidas indicações são suficientes para demonstrar o quanto é necessário, diante de problemas desse tipo, desconfiar das explicações demasiado fáceis que recorrem automaticamente aos “vestígios” e às “so-

brevivências”. Se nunca tivesse havido, nos tempos pré-históricos, um culto às árvores, que continuou em diversos costumes folclóricos, a Europa moderna não teria sem dúvida “inventado” a árvore de Natal. Porém, como se demonstrou acima, trata-se de uma invenção recente. Mas esta invenção não nasceu a partir do nada, pois outros usos medievais estão perfeitamente atestados: a acha de Natal (que se transformou em um tipo de *pâtisserie* em Paris) feita de um tronco bastante grosso para queimar durante toda a noite; as velas de Natal, de tamanho propício a assegurar o mesmo resultado; a decoração dos prédios com ramos verdejantes (desde as Saturnálias romanas, a que retornaremos): heras, azevinho, pinheiro. Enfim, e sem qualquer relação com o Natal, os romances da Távola Redonda dão conta de uma árvore sobrenatural, coberta de luzes.

Nesse contexto, a árvore de Natal surge como uma solução sincrética, quer dizer, concentrando em um só objeto exigências que até então se apresentavam de maneira dispersa: árvore mágica, fogo, luz duradoura, verde persistente. Inversamente, Papai Noel é, em sua forma atual, uma criação moderna. E é ainda mais recente a crença segundo a qual seu meio de transporte seja um trenó puxado por renas e seu domicílio seja na Groenlândia (possessão dinamarquesa – o que obriga a Dinamarca a manter uma agência especial de correio para responder as cartas das crianças de todo o mundo). Diz-se mesmo que este aspecto da lenda se desenvolveu sobretudo no curso da última guerra, em razão da permanência de algumas forças americanas na Islândia e na Groenlândia. Entretanto, as renas não estão na lenda por acaso, uma vez que documentos ingleses da Renascença mencionam troféus de rena exibidos por ocasião das danças de Natal, isto é, anteriormente a qualquer crença em Papai Noel e, mais ainda, à formação de sua lenda.

Elementos muito antigos, portanto, foram mesclados e recombinaados. Outros foram introduzidos. Encontramos fórmulas inéditas para perpetuar, transformar ou revivificar antigos usos. Nada há de especificamente novo no que se poderia designar, sem trocadilho, de renascimento do Natal. Por que, então, este renascimento suscita semelhante emoção e a que se deve que a animosidade de alguns indivíduos se concentre no personagem Papai Noel?

\* \* \*

Papai Noel se vestiu de escarlate: é um rei. Sua barba branca, suas peles, botas e o trenó em que viaja, evocam o inverno. Chamam-no de “pai” e é um ancião encarnando a forma benevolente da autoridade dos idosos. Tudo isto está bastante claro. Mas em que categoria convém classificá-lo, do ponto de vista da tipologia religiosa? Não é um ser mítico, pois não há um mito que dê conta de sua origem e de suas funções; ainda menos é um personagem de lenda, pois nenhum relato semi-histórico lhe está associado. Na verdade, este ser sobrenatural e imutável, eterna-

mente fixado na sua forma e definido por uma função exclusiva e por um retorno periódico, descende principalmente da família das divindades. Recebe, aliás, um culto por parte das crianças, em certas épocas do ano, sob a forma de cartas e de pedidos. Recompensa os bons e exclui os malvados. É a divindade de uma classe de idade de nossa sociedade – classe esta que a própria crença em Papai Noel basta para caracterizar. A única diferença em relação a uma divindade verdadeira é que os adultos não acreditam em Papai Noel, embora estimulem suas crianças a crer nele e sustentem esta crença por um grande número de mistificações.

Papai Noel é, então, em primeiro lugar, expressão dos estatutos diferentes de crianças, por um lado, adolescentes e adultos, por outro. Sob este aspecto, liga-se a um vasto conjunto de crenças e de práticas que os etnólogos estudaram na maior parte das sociedades, os ritos de passagem e de iniciação. Há poucos grupos humanos em que, de uma forma ou de outra, as crianças (às vezes também as mulheres) não sejam excluídas da sociedade dos homens pela ignorância de certos mistérios, ou pela crença cuidadosamente mantida em alguma ilusão que os adultos se reservam o direito de desvelar no momento oportuno – consagrando assim a agregação das jovens gerações à sua.

Às vezes esses ritos se assemelham de modo surpreendente aos que estamos examinando. Como não registrar a analogia que existe entre Papai Noel e os *katchina* dos índios do sudeste dos Estados Unidos? Trata-se aqui de personagens fantasiados e mascarados, que encarnam deuses e ancestrais; retornam periodicamente para visitar a aldeia, para dançar, para punir e premiar as crianças; dá-se um jeito para que estas não reconheçam seus pais ou parentes sob o disfarce tradicional. Papai Noel pertence certamente à mesma família, com outros companheiros hoje relegados a segundo plano: *Croquemitaine*<sup>3</sup>, *Pai Fouettard*, etc.

É extremamente significativo que as mesmas tendências educacionais, que hoje repelem o recurso a esses *katchina* punitivos, tenham terminado por exaltar o personagem bondoso de Papai Noel, em vez de englobá-lo na mesma condenação – como o desenvolvimento do espírito positivo e racionalista poderia nos deixar supor. Sob este aspecto, não houve racionalização dos métodos educacionais, já que Papai Noel não é mais “racional” que *Pai Fouettard* (a Igreja tem razão neste ponto). Assistimos sobretudo a um deslocamento mítico. E é isto que se trata de explicar.

Está bastante assentado que os ritos e mitos de iniciação têm uma função prática nas sociedades humanas: ajudam os mais velhos a manter os mais novos na ordem e na obediência. Durante todo o ano invocamos a visita de Papai Noel, para lembrar às crianças que a generosidade dele será medida pelo bom comportamento delas; e o caráter periódico da distribuição dos presentes tem a utilidade de disciplinar as reivindicações infantis, de reduzir a um período curto o momento em que estas têm verdadeiramente o *direito* de exigir presentes.

Este simples enunciado basta para fazer explodirem os quadros da explicação utilitária. Porque, de onde surge que as crianças tenham direitos e que estes direitos se imponham de modo tão imperioso aos adultos, a ponto que estes sejam obrigados a elaborar uma mitologia e um ritual custosos e complicados para os conseguirem conter e limitar? Vê-se imediatamente que a crença em Papai Noel não é apenas uma *mistificação* infligida agradavelmente pelos adultos às crianças. É, em grande medida, resultado de uma *transação* muito onerosa entre duas gerações. Acontece com o ritual inteiro o mesmo que com as plantas – pinheiro, azevinho, hera, visgo – com que decoramos nossas casas. Hoje luxo gratuito, foram antigamente, ao menos em algumas regiões, objeto de uma *troca* entre duas classes da população: na véspera do Natal, na Inglaterra, ainda até o fim do século XVIII, as mulheres iam a *gooding*, isto é, pedir de casa em casa, retribuindo os doadores com ramos verdes. Reencontramos as crianças na mesma posição de intercâmbio. E convém observar que, para pedir de porta em porta na festa de São Nicolau, as crianças às vezes se fantasiavam de mulheres. Crianças, mulheres, quer dizer, em ambos os casos, não-iniciados.

Ora, embora esclareça a natureza destes mais profundamente do que as considerações utilitárias evocadas acima, há um aspecto muito importante nos ritos de iniciação ao qual nem sempre se dedicou atenção suficiente. Tomemos como exemplo o ritual dos índios Pueblo, de que já falamos. Se as crianças são mantidas na ignorância da natureza humana dos personagens que encarnam os *katchina*, é apenas para que os temam ou respeitem, e para que se comportem de modo compatível? Sim, sem dúvida. Mas esta é apenas a função secundária do ritual, pois há uma outra explicação que o mito de origem traz perfeitamente à tona. Este mito explica que os *katchina* são almas das primeiras crianças indígenas, que se afogaram dramaticamente em um rio no tempo das migrações ancestrais. Os *katchina* são, portanto, ao mesmo tempo, prova da morte e testemunhas da vida após a morte. Mas há mais: quando os ancestrais dos indígenas atuais finalmente se fixaram em sua aldeia, relata o mito que os *katchina* retornavam a cada ano para os visitar, levando crianças ao partir. Desesperados por perderem sua prole, os indígenas conseguiram, então, a anuência dos *katchina* em permanecer no outro mundo, em troca da promessa de os representar todos os anos por instrumento de máscaras e de danças. Se as crianças são excluídas dos mistérios dos *katchina*, não é, nem em princípio, nem principalmente, para as amedrontar. Diríamos, antes, que é pela razão inversa: porque as crianças *são* os *katchina*. Elas são excluídas da mistificação porque representam a realidade com a qual a mistificação constitui uma espécie de compromisso. O lugar delas é alhures: não com as máscaras e com os vivos, mas com os deuses e com os mortos; com os deuses que são os mortos. E os mortos são as crianças.

Creemos que esta interpretação pode ser estendida a todos os ritos de iniciação e mesmo a todas as situações em que uma sociedade se divide em dois grupos. A “não-iniciação” não é simplesmente um estado de privação, definido pela ignorân-



cia, pela ilusão, ou por outras conotações negativas. A relação entre iniciados e não-iniciados tem um conteúdo positivo. É uma relação complementar entre dois grupos, um dos quais representa os mortos e o outro, os vivos. No transcorrer do rito, os papéis se intercambiam com frequência e repetidamente, pois a dualidade engendra uma reciprocidade de perspectivas que, como no caso de espelhos colocados frente a frente, pode repetir-se infinitamente: se os não-iniciados são os mortos, também são super-iniciados; e se, como acontece muitas vezes, são os iniciados que personificam os fantasmas dos mortos para apavorar os neófitos, é a estes que caberá, em um momento ulterior do ritual, dispersá-los e impedir que retornem. Sem levar mais adiante estas considerações, que nos afastariam de nosso propósito, basta lembrar que, na proporção em que os ritos e crenças ligados a Papai Noel dependem de uma sociologia iniciática (e não há dúvida sobre isto), colocam em evidência uma oposição ainda mais profunda entre mortos e vivos, por trás da oposição entre crianças e adultos.

\* \* \*

Chegamos à conclusão precedente por uma análise puramente sincrônica da função de certos rituais e do conteúdo dos mitos que servem para os fundar. Mas uma análise diacrônica ter-nos-ia conduzido ao mesmo resultado. Isto porque é geralmente admitido, pelos historiadores das religiões e pelos folcloristas, que a origem longínqua de Papai Noel encontra-se no Abade de Liesse, *Abbas Stultorum*, Abade do Desgoverno, que traduz exatamente o inglês *Lord of Misrule* – personagens que por um determinado período foram reis de Natal e que são reconhecidos como herdeiros do rei das Saturnais da época romana. Ora, as Saturnais eram a festa das *larvae*, ou seja, dos que morreram por violência ou que foram deixados sem sepultura. Por trás do ancião Saturno, devorador de crianças, perfilam-se, como tantas imagens simétricas: o bom velhinho Noel, benfeitor das crianças; o Julebok escandinavo, demônio chi-frudo do mundo subterrâneo, portador de presentes para as crianças; São Nicolau, que as ressuscita e as cobre de presentes; enfim, os *katchina*, crianças que morreram precocemente e que renunciam ao papel de assassinos de crianças para se transformarem em dispensadores de castigos e de presentes alternadamente.

Acrescentemos que, como os *katchina*, o protótipo arcaico de Saturno é um deus da germinação. De fato, o personagem moderno de Santa Claus ou de Papai Noel resulta da fusão sincrética de vários personagens: o Abade de Liesse, menino-bispo, eleito sob a invocação de São Nicolau; o próprio São Nicolau, a cuja festa remontam as crenças relativas às meias e aos sapatos nas lareiras. O Abade de Liesse reinava em 25 de dezembro; o dia de São Nicolau é 6 de janeiro; os bispos-crianças eram escolhidos em 28 de dezembro, no dia dos Santos Inocentes; o Jul escandinavo era celebrado em dezembro. Somos diretamente remetidos à *libertas decembri* de que

Horácio fala e que du Tillot invocou, no século XVIII, com a finalidade de associar o Natal às Saturnais.

As explicações pela sobrevivência são sempre incompletas, pois os costumes não desaparecem ou sobrevivem sem razão. Quando sobrevivem, a causa está menos na viscosidade histórica do que na permanência de uma função que a análise do presente deve permitir desvendar. Se demos aos índios Pueblo um lugar relevante na nossa discussão, é precisamente porque (se excluirmos certas influências espanholas tardias no século XVII) a ausência de qualquer relação histórica concebível entre suas instituições e as nossas mostra com clareza que, com os ritos de Natal, estamos na presença não apenas de vestígios históricos, mas de formas de pensamento e de conduta que dependem de condições mais gerais da vida em sociedade. As Saturnais e a celebração medieval do Natal não contêm a razão última de um ritual que de outra maneira seria inexplicável e desprovido de significação. Mas fornecem um material comparativo útil para se depreender o sentido profundo de instituições recorrentes.

Não é surpreendente que os aspectos não-cristãos da festa de Natal se pareçam com as Saturnais, pois temos boas razões para supor que a Igreja tenha fixado a data da Natividade em 25 de dezembro (em vez de março ou janeiro) para substituir por sua comemoração as festas pagãs que primitivamente se desenrolavam em 17 de dezembro, mas que no final do Império se estendiam por sete dias, isto é, até 24. De fato, desde a Antiguidade até à Idade Média as “festas de dezembro” oferecem as mesmas características. Primeiro, decoração dos prédios com plantas verdes; depois, presentes trocados ou dados às crianças; alegria e festividades; finalmente, confraternização entre ricos e pobres, entre senhores e servidores.

Quando se examinam os fatos mais de perto, surgem certas analogias de estrutura igualmente notáveis. Como as Saturnais romanas, o Natal medieval oferece duas características sincréticas e opostas. Em primeiro lugar, é uma reunião e uma comunhão: a distinção entre as classes e os estratos é abolida temporariamente, escravos ou servos sentam-se à mesa dos senhores e estes se tornam criados daqueles; ricamente postas, as mesas estão abertas a todos; os sexos trocam as roupas. Ao mesmo tempo, entretanto, o grupo social se cinde em dois: a juventude se constitui em corpo autônomo, elege seu soberano, o abade da juventude – ou, como na Escócia, o *abbot of unreason* – e, como este título indica, entrega-se a uma conduta irracional, que se traduz em abusos cometidos contra o resto da população. Tais licenças assumiam as formas mais extremas até a Renascença: blasfêmias, roubos, violações e mesmo assassinatos. Durante o Natal, como durante as Saturnais, a sociedade funciona segundo um duplo ritmo de *solidariedade aumentada* e de *antagonismo exacerbado* – e ambos os caracteres são dados como um par de oposições correlativas. O personagem do Abade de Liesse efetua uma espécie de mediação entre estes dois aspectos. Ele é reconhecido e mesmo entronizado pelas autoridades regulares; sua missão é comandar os excres-

sos, ao mesmo tempo que os contém dentro de certos limites. Que relação há entre este personagem e sua função, de um lado, e, de outro, o personagem e a função do Papai Noel, seu longínquo descendente?

Aqui é necessário cuidadosamente distinguir entre o ponto de vista histórico e o estrutural. Dissemos que, historicamente, o Papai Noel da Europa ocidental e a sua predileção por lareiras e calçados resultam pura e simplesmente de um deslocamento recente da festa de São Nicolau, assimilada à celebração do Natal três semanas mais tarde. Isso explica a razão pela qual o jovem abade se tenha transformado em ancião. Mas somente em parte, porque as transformações são mais sistemáticas do que o acaso das conexões históricas e dos calendários nos poderia fazer admitir. Um personagem real transformou-se em personagem mítico. Uma emanação da juventude, simbolizando seu antagonismo relativamente aos adultos, fez-se símbolo de idade madura, cujas disposições benevolentes a respeito da mocidade ele traduz. O apóstolo da conduta pouco regrada se encarrega de sancionar o bom comportamento. A adolescentes abertamente agressivos contra seus pais, substituem-se pais que se escondem atrás de barbas postiças para a agradar às crianças. O mediador imaginário substitui o mediador real e, ao mesmo tempo em que muda de natureza, põe-se a funcionar no outro sentido.

Descartemos imediatamente uma ordem de considerações não essenciais ao debate, mas que oferecem risco de manter a confusão. A “juventude” desapareceu em grande medida enquanto classe de idade da sociedade contemporânea (embora assistamos desde alguns anos a certas tentativas de reconstituição, que ainda é muito cedo saber em que vão resultar). Um ritual que se distribuía antigamente entre três grupos de protagonistas – crianças, juventude e adultos – atualmente envolve apenas dois (pelo menos no que concerne ao Natal): os adultos e as crianças. A “desrazão” do Natal perdeu bastante do seu ponto de apoio. Deslocou-se e ao mesmo tempo se atenuou: no grupo dos adultos, sobrevive apenas durante o *réveillon*, no cabaré, e durante a noite de São Silvestre, em Times Square. Examinemos, entretanto, o papel das crianças.

Na Idade Média as crianças não aguardam pacientemente a descida dos brinquedos pela chaminé da lareira. Geralmente disfarçadas e reunidas em grupos – que o francês arcaico chama, por esta razão, de *guisarts* – as crianças vão de casa em casa cantar e apresentar seus votos, recebendo em troca frutas e doces. Fato significativo, elas invocam a morte para fazer valerem suas credenciais. Assim, na Escócia, no século XVIII, elas cantam os seguintes versos:

Rise up good wife, and be no swier (lazy)  
To deal your bread as long's you're here;  
The time will come when you'll be dead;  
And neither want nor meal nor bread<sup>4</sup>

Mesmo se não possuíssemos essa preciosa indicação e a não menos significativa indicação da fantasia que transforma os atores em espíritos ou fantasmas, ainda teríamos outras, extraídas do estudo dos pedidos das crianças. Sabemos que estes não estão limitados ao Natal<sup>5</sup>. Acontecem durante todo o período crítico do outono – em que a noite ameaça o dia, como os mortos se fazem amedrontadores dos vivos. Os pedidos de Natal começam várias semanas antes da Natividade, geralmente três, estabelecendo assim a ligação com as festas, também a fantasia, de São Nicolau, que ressuscitou as crianças mortas. E o seu caráter está ainda mais marcado no pedido inicial da estação, a do *Hallow-Even* – que se tornou véspera de Todos os Santos por decisão eclesiástica – festividade em que, ainda hoje nos países anglo-saxônicos, crianças vestidas de fantasmas e de esqueletos perseguem os adultos, a não ser que estes comprem sua tranquilidade mediante pequenos presentes.

O progresso do outono, do início ao solstício, que marca a recuperação da luz e da vida, é assim acompanhado, no plano ritual, por um procedimento dialético, cujas principais etapas são: a volta dos mortos, sua conduta de ameaça e de perseguição, o estabelecimento de um *modus vivendi* com os vivos por meio de troca de serviços e de presentes – finalmente, o triunfo da vida, quando, no Natal, os mortos carregados de presentes abandonam os vivos para os deixar em paz até o outono seguinte. É revelador que os países latinos e católicos, até o século XIX, tenham enfatizado a festa de São Nicolau, isto é, a forma mais *balanceada* da relação, enquanto os países anglo-saxões a tenham desdobrado em duas formas extremas e antitéticas: a do *Halloween*, em que crianças fingem serem mortos, para se fazerem exatores dos adultos, e a do *Christmas*, em que adultos cumulam as crianças de presentes, para lhes exaltar a vitalidade.

\* \* \*

A partir daí as características aparentemente contraditórias dos ritos de Natal se esclarecem: durante três meses a visita dos mortos aos vivos se faz de maneira cada vez mais insistente e opressiva. No dia de sua partida é possível festejá-los e permitir-lhes uma última ocasião de se manifestarem com liberdade, ou, como se diz fielmente em inglês, *to raise hell*. Mas, quem pode personificar os mortos em uma sociedade de vivos, a não ser aqueles que de um modo ou de outro estão incompletamente incorporados ao grupo, isto é, aqueles que participam desta *alteridade* que é a própria marca do supremo dualismo: mortos e vivos? Não nos surpreendemos, pois, em ver estrangeiros e escravos tornando-se os principais beneficiários da festa. A inferioridade de estatuto político ou social e a desigualdade das idades fornecem sob este aspecto critérios equivalentes. Com efeito, temos inúmeros testemunhos, sobretudo nos mundos eslavo e escandinavo, que revelam uma refeição oferecida aos mortos como qualidade própria do *réveillon*, em que os comensais

desempenham papel de mortos, assim como as crianças interpretam anjos, e os próprios anjos, mortos. Portanto, não é surpreendente que o Natal e o Ano Novo (seu duplê) sejam festas de troca de presentes: a festa dos mortos é essencialmente a festa dos outros, já que o fato de ser outra é a primeira imagem aproximada que se pode fazer da morte.

Eis-nos em condições de dar uma resposta às duas perguntas formuladas no início deste estudo: por que o personagem Papai Noel se desenvolve e por que a Igreja observa este desenvolvimento com inquietude?

Vimos que Papai Noel é herdeiro e simultaneamente antítese do Abade da Desrazão. Esta transformação é primeiramente indício de uma melhoria de nossas relações com a morte: não mais julgamos que devemos lhe permitir a subversão periódica da ordem e das leis, para ajustar nossas contas com ela. Agora a relação está dominada por um espírito de benevolência um pouco desdenhosa: podemos ser generosos, tomar a iniciativa, uma vez que não mais se trata de lhe oferecer presentes, e mesmo brinquedos, isto é, símbolos. Mas este enfraquecimento da relação entre mortos e vivos não se faz às custas do personagem que a encarna: dir-se-ia, pelo contrário, que este se desenvolve melhor.

Esta contradição seria insolúvel se não se admitisse que uma outra atitude em relação à morte continua a prosperar entre nossos contemporâneos, constituída, talvez não pelo medo tradicional de espíritos e de fantasmas, mas de tudo aquilo que a morte representa, em si mesma e também na vida, de empobrecimento, de secura e de privação. Interroguemo-nos sobre o terno cuidado que manifestamos em relação a Papai Noel; sobre as privações e os sacrifícios que permitimos para manter intacto o seu prestígio junto às crianças. Não é verdade que no fundo de nós reside o desejo de crer, por pouco que seja, em uma generosidade sem controle, em uma gentileza desinteressada, em um breve intervalo durante o qual estejam suspensos todo temor, toda inveja e toda amargura?

Sem dúvida, não podemos participar plenamente da ilusão. Mas o que justifica nossos esforços é que, mantida pelos outros, esta ilusão nos oferece ao menos a ocasião de nos aquecer pela chama acesa nessas jovens almas. A crença que incutimos em nossas crianças, de que os brinquedos provêm do Além, oferece um alibi ao movimento secreto que de fato nos incita a oferecê-los ao Além sob pretexto de os ofertar às crianças. Por este meio, os presentes de Natal permanecem um sacrifício verdadeiro à doçura de viver – que consiste, antes de tudo, em não morrer.

Com muita profundidade Salomon Reinach escreveu certa vez que a grande diferença entre as religiões antigas e as modernas está no fato de que “os pagãos suplicavam aos mortos enquanto os cristãos rogam pelos mortos”<sup>6</sup>. Sem dúvida, há uma distância entre a prece aos mortos e esta prece toda misturada com conjurações que a todo ano, cada vez mais, dirigimos às crianças – encarnação tradicional dos mortos – para que, acreditando em Papai Noel, consintam em nos ajudar a acreditar

na vida. Acabamos, entretanto, de desembaraçar os fios que testemunham a continuidade entre essas duas expressões de uma mesma realidade. Mas a Igreja seguramente não está errada quando denuncia, na crença em Papai Noel, o mais sólido reduto e um dos focos mais ativos do paganismo no homem moderno. Resta saber se este não pode também defender o seu direito de ser pagão.

Façamos, ao terminar, uma última observação: é longo o caminho entre o rei das Saturnais e o Bom Velhinho. Neste trajeto, um traço essencial do primeiro – talvez o mais arcaico – parece ter-se perdido definitivamente. Frazer mostrou que o próprio rei das Saturnais é herdeiro de um protótipo antigo que, depois de ter personificado o rei Saturno e de, durante um mês, se ter permitido todos os excessos, era solenemente sacrificado sobre o altar do deus. Graças ao auto-de-fé de Dijon, eis aqui nosso herói reconstituído com todas as suas características. E não é o paradoxo menor deste caso singular que, querendo acabar com Papai Noel, os religiosos de Dijon, sob o pretexto de a destruir, apenas tenham restaurado em sua plenitude uma figura ritual cuja perenidade, após um eclipse de alguns milênios, eles mesmos se encarregaram de comprovar.

### *Notas*

1. Este artigo foi publicado primeiramente em português na Revista *Anhembi*, n. 16, ano II, vol. VI, 1952, São Paulo. Agradecemos ao Professor Lévi-Strauss a autorização da presente publicação, a partir da versão francesa de “Le Père Noël Supplicié”, que veio à luz em *Les Temps Modernes*, n. 77, 1952. Tradução de José Carlos Rodrigues.
2. Personagem do folclore francês que pune fisicamente as crianças que se comportam mal.
3. Personagem às vezes invocado para amedrontar as crianças.
4. Citado por J. Brand, *Observations on popular antiquities*, n. ed., Londres, 1900, p. 243.
5. Ver sobre este ponto A. Varagnac, *Civilization traditionnelle et genres de vie*, Paris, 1948, pp. 92, 122 e *passim*.
6. S. Reinach, *L'origine des prières pour les morts*, em: *Cultes, mythes, religions*. Paris, 1905, Tomo I, p. 319.